



1º Simulado

TCE RJ

Técnico de
Controle Externo

Simulado Especial

1º Simulado TCE RJ – Cargo Técnico de Controle Externo

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCERJ;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCERJ-Técnico-30-01-22>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Texto 1A1-I

O CONSUMISMO COMO SINÔNIMO DE VIDA BOA

Na cultura ocidental vivemos hoje uma proliferação de subconceitos atrelados à concepção de felicidade (contentamento, euforia, satisfação, motivação), acompanhados de uma incrível pretensão de colocar a busca pela felicidade como uma espécie de fórmula matemática, onde só precisamos ajustar alguns fatores relativos em seus respectivos lugares para obtermos o resultado desejado. Podemos nos questionar: mesmo se chegarmos a uma definição do que seja a felicidade, isso seria suficiente para realizar tal vida? Talvez nossa atual alternativa para essa realização, seja a vida virtual, em uma espécie de Matrix, onde vivemos uma realidade simulada criada por máquinas, através da inteligência artificial. Entretanto, seria esse “mundo dos sonhos” suficiente para a consumação da felicidade?

O filósofo coreano Byung-Chul Han alerta para uma nova realidade que estamos vivendo: a de que talvez estejamos diante de um excesso de positividade. Ou seja, a busca pela felicidade já não é mais apenas o destino ou propósito de nossas ações de acordo com nossos hábitos e caráter passa a ser também uma espécie de obrigação. Dessa forma, quem não demonstra estar feliz, é quase condenado de imediato, dado que acreditamos estar em mundo que nos fornece as condições básicas para a felicidade e se, mesmo assim, não a atingimos é porque algo de errado estamos fazendo. Dessarte, surgem as doenças psíquicas, como a depressão e tantas outras que transformam a felicidade em um peso, fonte de boa parte de nossa ansiedade.

Ainda em tom provocativo, Byung-Chul Han diz que neste século XXI estamos experienciando a violência neural. Vemos surgir cada vez mais casos de doenças neurais, como a depressão, déficit de atenção, transtornos de personalidade, que derivam de “infartos, provocados não pela negatividade de algo imunologicamente diverso, mas pelo excesso de positividade” (2015, p. 8). O século passado foi marcado por ações imunológicas que eram definidas como reação de ataque e defesa. Não só na questão de doenças físicas, mas todo o contexto sociológico foi fundamentado desta forma, guerras, sistemas políticos e todos os corpos, reagiam de modo a afastar tudo aquilo que era estranho.

Vivemos hoje a intolerância às modificações provocadas pelo que vem de fora, ou seja, experimentamos uma época deficiente de negatividade. Um sistema dominado pelo confortável não leva a formação de anticorpos e é justamente por isso que presenciamos uma vulnerabilidade

mental muito maior. Quando nos deparamos com algo “negativo”, ou quando nos percebemos como incapazes diante de algum tipo de afrontamento que nos impede de alcançar a tão sonhada felicidade, entramos em desespero o que acaba causando uma série de doenças na sociedade contemporânea.

Disponível em <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6733?locale-attribute=de>>

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

- 01.** De acordo com o texto, o século XXI está diante de uma situação contraditória, na qual a felicidade se torna responsável por diversas doenças.

- 02.** Pode-se inferir do texto que a falta de felicidade atual é decorrência de falta de preparo do ser humano para saber lidar com o negativo.

- 03.** No trecho *“surgem as doenças psíquicas, como a depressão e tantas outras que transformam a felicidade em um peso”*, a omissão do sujeito causa ambiguidade ao parágrafo.

- 04.** Seria mantida a correção gramatical do trecho caso a forma nominal “acompanhados” em “vivemos hoje uma proliferação de subconceitos atrelados à concepção de felicidade (contentamento, euforia, satisfação, motivação), acompanhados de uma incrível pretensão” (1º parágrafo) fosse substituída por “acompanhadas”.

- 05.** Seriam mantidos os sentidos do texto caso os dois pontos no primeiro período do segundo parágrafo fossem substituídos por vírgula seguida da expressão “qual seja”.

- 06.** A conjunção “dessarte” no 2º parágrafo expressa uma ideia de adição.

- 07.** O uso das aspas nos 3º e 4º parágrafos têm a mesma função.

08. O autor do texto utiliza de Byung-Chul Han como estratégia argumentativa para dar suporte à sua tese.

09. O texto é predominantemente dissertativo-argumentativo.

10. O uso da 1ª pessoa do plural ao longo do texto denota uma linguagem mais simples, de forma que facilita sua compreensão.

Texto 1A2-I

Aqui há uma lacuna na vida de Luís Tinoco. Razões que a história não conservou levaram o jovem publicista à província natal do seu amigo e protetor, dois anos depois dos acontecimentos eleitorais. Não percamos tempo em conjecturar as causas desta viagem, nem as que ali o demoraram mais do que queria. Vamos já encontrá-lo alguns meses depois, colaborando num jornal com o mesmo ardor juvenil, de que dera tanta prova na capital. Recomendado pelo advogado aos seus amigos políticos e parentes, depressa criou Luís Tinoco um círculo de companheiros, e não tardou que assentasse em ali ficar algum tempo. O padrinho já estava morto; Luís Tinoco achava-se absolutamente sem família.

A ambição do orador não estava apagada pela satisfação do publicista; pelo contrário, uma coisa avivava a outra. A ideia de possuir duas armas, brandi-las ao mesmo tempo, ameaçar e bater com ambas os adversários, tornou-se-lhe ideia crônica, presente, inextinguível. Não era a vaidade que o levava, quero dizer, uma vaidade pueril. Luís Tinoco acreditava piamente que ele era um artigo do programa da Providência, e isso o sustinha e contentava. A sinceridade que nunca teve quando versificava os seus infortúnios entre suas palestras de rapazes, teve-a quando se enterrou a mais e mais na política. É claro que, se alguém lhe pusesse em dúvida o mérito político, feri-lo-ia do mesmo modo que os que lhe contestavam excelências literárias; mas não era só a vaidade que lhe ofendiam, era também, e muito mais, a fé — fé profunda e intolerante — que ele tinha de que o seu talento fazia parte da harmonia universal.

Luís Tinoco mandava ao Dr. Lemos na corte todos os seus escritos da província, e contava-lhe singelamente as suas novas esperanças. Um dia noticiou-lhe que a sua eleição para a Assembleia Provincial era objeto de negociações que se lhe afiguravam propícias. O correio seguinte trouxe notícia de que a candidatura de Luís Tinoco entrara na ordem dos fatos consumados.

Machado de Assis. "Aurora sem dia". Obra Completa, de Machado de Assis, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994

No que se refere aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

11. O narrador conta a história de duas personagens, o candidato à eleição e o escritor, ambos conhecidos de Luis Tinoco.

12. Infere-se do texto que a vaidade de Luís Tinoco, em relação à sua postura política e suas criações literárias, era um de seus defeitos mais latentes.

13. O 1º parágrafo do texto é construído por digressões do narrador, de forma que o leitor consegue traçar uma linha cronológica do enredo.

14. O pronome "que" em "Não era a vaidade que o levava" e "que ele era um artigo do programa da Providência" exerce funções distintas nas duas ocorrências.

15. A supressão da vírgula antes de "e isso o sustinha e contentava" não prejudicaria a correção nem o sentido do texto.

16. Seria mantida a correção do texto, se o trecho "que se lhe afiguravam" (3º parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: que se afiguravam a ele.

17. O trecho "A ideia de possuir duas armas, brandi-las ao mesmo tempo, ameaçar e bater com ambas os adversários" é exemplo de linguagem conotativa.

18. Se a conjunção condicional no trecho "se alguém lhe pusesse em dúvida o mérito político" (2º parágrafo) fosse substituída por "caso", seria necessária adequação de flexão verbal do trecho.

19. Pode-se afirmar que o trecho "teve-a quando se enterrou a mais e mais na política" (2º parágrafo) é composto por objeto direto pleonástico, que reforça o termo "A sinceridade", já citado.

20. O texto, um conto, pode ser considerado predominantemente narrativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Acerca da responsabilidade dos servidores públicos, do poder de polícia e do controle da Administração, julgue os itens a seguir.

21. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

- 22. Situação hipotética:** João José, então servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro, teve o registro de sua admissão negada pelo TCE-RJ.
Assertiva: A decisão da Corte de Contas subordina-se à revisão pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

23. A responsabilização civil dos servidores por danos causados a terceiros no exercício de suas atividades funcionais é subjetiva, ou seja, depende necessariamente da comprovação de dolo.

24. A polícia administrativa apresenta diferenças em relação à polícia judiciária, sendo que a judiciária tem sua atuação voltada a bens, direitos e atividades privadas, enquanto aquela atua diretamente sobre pessoas, embora esteja presente em toda a Administração Pública.



ESQUEMATIZANDO



Acerca dos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

25. A empresa concessionária de serviços públicos deve conceder aos usuários do serviço no mínimo sete datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

26. Ainda que o usuário do serviço público encontre-se inadimplente, a interrupção do serviço não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

27. É admitida a subconcessão do serviço público delegado, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, sendo que a outorga de subconcessão será sempre precedida de licitação na modalidade concorrência.

No que se refere à nova lei geral de licitações, avalie os itens a seguir.

28. O orçamento estimado da contratação, desde que justificadamente, poderá ter caráter sigiloso, inobstante tal sigilo não prevaleça para os órgãos de controle interno e externo.

29. A concorrência, por destinar-se a contratação de objetos de materialidade elevada, não admite a adoção do critério menor preço.

30. Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

31. São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.

32. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza intelectual e serviços comuns de engenharia.

33. A administração optou por contratar leiloeiro oficial para realizar um leilão na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse caso, a seleção do leiloeiro poderá ser realizada por dispensa de licitação.

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.527/2011, julgue os itens que se seguem.

34. Uma das diretrizes do acesso à informação consiste no fomento à cultura do sigilo na administração pública.

35. Disponibilidade consiste na qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

36. De acordo com a Constituição Federal, julgue o item que se segue. A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. A convenção internacional integra nosso ordenamento jurídico como uma lei complementar federal.

37. Julgue o item que se segue. João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio histórico-cultural. Com o objetivo de responsabilizar o agente, João poderia ajuizar uma ação popular.

38. Julgue o item seguinte relacionado à nacionalidade. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal, assim como os Ministros do STF e do STJ.

39. Julgue o item que se segue. Hercílio pertence ao movimento "Tudo pela Política Cidadã", que pretende introduzir conceitos éticos na atividade partidária. Ao realizar um estudo da Constituição Federal, ele verifica que existe a previsão de sanções relacionadas aos direitos políticos, dentre as quais está a cassação de direitos políticos por improbidade administrativa.

40. Julgue o item que se segue. O Prefeito do Município Beta teve uma gestão ruinosa, com diversas notícias de desvio de recursos públicos. Ao apreciar suas contas anuais de governo, o Tribunal de Contas competente concluiu pela necessidade de serem rejeitadas. Esse pronunciamento, à luz da sistemática constitucional pode ser rejeitado, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, para que deixe de prevalecer.

41. Analise o caso a seguir e julgue o item proposto. Hulk, servidor público efetivo, foi eleito Deputado no mesmo Estado em que exerce suas atividades funcionais regulares. Antes do início das atividades parlamentares, foi informado pelo Departamento de Pessoal de sua repartição, que deveria ser exonerado do cargo de servidor tão logo iniciasse o exercício do mandato eletivo. A orientação recebida por Hulk é incorreta, pois a investidura no mandato eletivo estadual somente exige o afastamento do cargo, não a exoneração;

42. De acordo com a CF 88, julgue o item proposto. O Tribunal de Contas da União exerce o controle externo da Administração Pública sob os aspectos contábil, fiscal, orçamentário, operacional e patrimonial. Nessa atividade atua auxiliando o Poder Legislativo. Dessa forma, as inspeções de natureza contábil em qualquer repartição pública são realizadas a mando do Poder Legislativo, não podendo ocorrer atividade autônoma do Tribunal.

43. Sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item que se segue. Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União poderá efetivar a sustação do contrato, não necessitando aguardar posicionamento do Poder Executivo ou do Congresso Nacional.

44. Sobre as atribuições do Presidente da República na CF 88, julgue o item que se segue. Uma das competências previstas para o Presidente da República consiste em expedir regulamentos.

45. Julgue o item que se segue. De acordo com a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, qualquer pessoa é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

46. Julgue o item seguinte relativo ao Poder Judiciário. O Superior Tribunal de Justiça é competente para julgar os governadores dos estados e do Distrito Federal nos crimes comuns, mas não no crime de responsabilidade.

47. Julgue o seguinte item relativo ao Poder Legislativo. Como regra geral, é permitido pela Constituição Federal a edição de medida provisória para dispor sobre matéria orçamentária.

48. O item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Um agente penitenciário submeteu a intenso sofrimento físico um preso que estava sob sua autoridade, com o objetivo de castigá-lo por ter incitado os outros detentos a se mobilizarem para reclamar da qualidade da comida servida na penitenciária. Nessa situação, o referido agente cometeu crime inafiançável.

49. Acerca da classificação das normas constitucionais, julgue o item a seguir. É de eficácia limitada a norma constitucional que estabelece ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer.

50. A respeito da organização do Estado, julgue o próximo item. Com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum, os estados-membros podem instituir, mediante a edição de lei complementar estadual, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

51. De acordo com a Lei Orgânica do TCE/RJ, No julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes , bem como sobre a aplicação de subvenções, auxílios e a renúncia de receitas.

52. Julgue o item que se segue. O Tribunal de Contas poderá declarar, por decisão de dois terços de seus membros, a inidoneidade de contratado ou adjudicatário da administração pública, direta, indireta ou fundacional, na forma do Regimento Interno.

53. Julgue o item seguinte relacionado ao TCE/RJ. Quando julgar as contas regulares, o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável.

54. Julgue o item que se segue. Quando julgar as contas regulares com ressalva, o Tribunal de Contas não dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

55. Julgue o item que se segue. De acordo com a Lei Orgânica do TCE/RJ, As contas serão apresentadas pelo Governador, concomitantemente, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal, dentro de 90 (noventa) dias, após a abertura da sessão legislativa.

56. Julgue o item que se segue. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades perante o Tribunal de Contas. A denúncia sobre matéria de competência do Tribunal de Contas deverá referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de prova ou indício

concernente ao fato denunciado ou à inexistência de irregularidade.

57. De acordo com Lei Orgânica do TCE/RJ, quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda o Tribunal de Contas aplicar-lhe multa de até 50% (cinquenta por cento) do dano causado ao erário.

58. De acordo com Lei Orgânica do TCE/RJ, Das decisões originárias proferidas pelo Tribunal de Contas cabem recursos de reconsideração, embargos de declaração e revisão.

59. Sobre os Conselheiros do TCE/RJ, julgue o item subsequente. É vedado ao Conselheiro do Tribunal de Contas, ainda que em disponibilidade, sob pena de perda de cargo exercer outro cargo ou função pública, bem como qualquer profissão remunerada, salvo uma de magistério;

60. Sobre a Lei Orgânica do TCE/RJ, julgue o item a seguir. Os Conselheiros do Tribunal terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação do ato de nomeação no órgão oficial, para posse e exercício no cargo.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

61. A respeito de finanças públicas, julgue o item que se segue.

A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por considerar as necessidades financeiras das unidades, além de ser dissociado o planejamento do orçamento.

62. O princípio orçamentário da periodicidade permite ao Poder Legislativo ter conhecimento do valor global das despesas projetadas pelo governo.

63. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial acerca de direito financeiro e econômico, julgue o item a seguir.

A receita de um novo imposto instituído pela União poderá ser vinculada para prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

64. Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue o item seguinte.

O princípio da exclusividade veda expressamente que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

65. A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional. Quanto aos créditos adicionais, julgue o item.

Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Como exemplo de crédito adicional, tem-se o crédito adicional especial: destinado a reforço de dotação orçamentária.

66. Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsecutivo.

O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo admitida, entretanto, sua incorporação no crédito orçamentário quando for suplementar ou especial.

67. Acerca dos mecanismos técnicos utilizados na administração do orçamento público, julgue o item a seguir.

É possível remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito de uma atividade de tecnologia, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.

68. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

69. Os créditos extraordinários terão vigência somente no exercício financeiro em que forem autorizados. Todavia, poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, caso o ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses, não sendo, portanto, incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

70. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O plano plurianual deve estabelecer, de forma nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

71. Com relação à Lei Orçamentária Anual e orçamento público, julgue o item a seguir.

O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a votação da proposta na Comissão Mista.

72. O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue o item que se segue.

A LDO deverá conter anexo no qual se indica evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

73. Com relação à execução orçamentária e ao cumprimento de metas, julgue o item.

Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, salvo quando em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

74. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual devem necessariamente indicar os recursos necessários para a sua execução, podendo ser

utilizado como fonte de recursos os provenientes de excesso de arrecadação.

75. Considerada uma inovação no sistema orçamentário brasileiro, a LDO orienta a elaboração da LOA e estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

76. De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item, acerca do orçamento público.

A admissão de pessoal por sociedade de economia mista só poderá ser feita se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

77. A respeito da receita pública, julgue o item a seguir.

Nem todos os estágios ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias. Exemplo disso é a doação em espécie recebida por um ente público, visto que passa apenas pelos estágios: lançamento, arrecadação e recolhimento.

78. No que se refere às classificações de receitas, julgue a seguir.

O ingresso de recursos referentes à permissão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.

79. A Lei nº 4.320/64 estabelece como estágios da execução da receita pública orçamentária o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. Acerca do estágio da arrecadação, julgue o item subsequente:

É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

80. Acerca da despesa pública e suas classificações, julgue o item a seguir.

A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: função e subfunção.

81. Acerca da despesa pública, julgue o item que se segue.

Projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.

82. Conforme o que dispõe a Lei 4.320/64, julgue o item a seguir.

A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar, por exemplo, a origem do que se deve pagar.

83. O empenho na modalidade global é o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

84. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas e para concedê-lo ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária.

85. Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item que se segue.

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Por esse motivo, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe tal mandamento no que se refere aos tributos.

86. Acerca das transferências voluntárias, julgue o item que se segue.

Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou de destinação ao Sistema Único de Saúde.

87. Com relação a déficit público, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue o item a seguir.

Para a criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa, é necessária estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

88. A Lei complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) –, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o que dispõe a LRF, julgue o item subsequente.

O relatório de gestão fiscal, de periodicidade quadrimestral, e o relatório resumido da execução orçamentária, de periodicidade bimestral, compreendem-se entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal.

89. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda, sem ressalvas, a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

90. Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue o item seguinte.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das condições obrigatórias para promover renúncia de receita é estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência sobre o controle externo, julgue os itens a seguir.

91. Em âmbito federal, a titularidade do controle externo pertence ao Congresso Nacional, ao passo que nos estados e nos municípios a titularidade desse

controle será exercida pela assembleia legislativa local.

92. A supervisão ministerial é um controle por vinculação, no qual um órgão da administração direta realiza a tutela de uma entidade administrativa, sem relação de hierarquia.

93. As decisões dos tribunais de contas, em matéria de sua competência, não se submetem a recurso dirigido ao Poder Legislativo, mas podem ser objeto de invalidação perante o Poder Judiciário em virtude de ilegalidade grave ou formal.

94. O controle externo, em sentido amplo, trata de todo o controle que um Poder poderá realizar, legitimamente, sobre a atuação do outro. Porém, somente a Constituição ou as leis são instrumentos hábeis para criar uma forma de intervenção de um Poder sobre as prerrogativas de outro.

95. O controle realizado pelos tribunais de contas classifica-se como controle legislativo.

96. Aplicam-se aos conselheiros dos tribunais de contas, de forma subsidiária, as normas previstas no estatuto dos servidores públicos, ainda que não exista previsão semelhante na Lei Orgânica da Magistratura.

97. É inconstitucional a atribuição, aos tribunais de contas estaduais, de competência para homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos municípios.

98. O julgamento das contas dos prefeitos municipais será realizado pelas câmaras municipais, cabendo ao TCE RJ emitir um parecer prévio, de caráter técnico, mas não vinculante.

99. O parecer prévio emitido pelo TCE RJ sobre as contas do governador somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros da assembleia legislativa.

100. No caso de ilegalidade em contrato, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar prazo para o exato cumprimento da lei. Se a decisão não for acatada pela autoridade administrativa competente, no prazo fixado, caberá ao Tribunal representar ao Congresso Nacional para que as medidas cabíveis sejam adotadas.

101. O Presidente da República indica três membros do TCU, sendo os dois primeiros entre os auditores e membros do Ministério Público, enquanto um será de livre escolha, entre os brasileiros que atendam aos requisitos definidos na Constituição Federal. Somente este último será submetido à apreciação do Senado, enquanto os outros dois são nomeados diretamente, já que escolhidos por meio de lista enviada pelo Tribunal.

102. O controle de legalidade realizado pelo Poder Judiciário não se confunde com o controle realizado pelos tribunais de contas. O Judiciário não faz controle de ofício, ao passo que o tribunal de contas faz; além disso, o Judiciário tem competência para anular um ato, ao passo que o tribunal de contas fixa prazo para a correção da ilegalidade.

103. Insere-se nas atribuições do TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

104. O Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, não pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal com efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a administração pública Federal.

105. Compete aos tribunais de contas, por expressa previsão constitucional, emitir medidas cautelares destinadas a proteger o patrimônio público.

Sobre os aspectos normativos e constitucionais do controle externo, julgue os itens a seguir.

106. A fiscalização de um convênio entre a União e um município do interior do Rio de Janeiro, para a

construção de uma ponte com recursos federais e contrapartida do município, será realizada de forma concorrente entre o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

107. Um parlamentar não pode apresentar denúncia ao TCU, de forma individual, pois essa atribuição cabe somente aos colegiados do Poder Legislativo.

108. Compete ao Senado Federal aprovar os nomes indicados para os nove cargos de ministro do TCU.

109. Compete ao TCU emitir parecer prévio sobre as contas de governador de território federal, situação em que o julgamento ficará a cargo do Congresso Nacional.

110. O sistema de controle interno possui competência para aplicar sanções aos responsáveis que cometem ilegalidades, fixando prazo para o exato cumprimento da lei.

111. Se o Presidente da República editar um decreto que exorbite do poder regulamentar, a competência para sustar esse ato normativo caberá ao Congresso Nacional.

112. Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas, em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima.

113. O controle realizado pelo Poder Judiciário sobre os atos da administração pública classifica-se como controle externo, de legalidade, provocado e sempre posterior.

114. Compete ao Congresso Nacional o controle da economicidade dos atos da administração direta e indireta da União, mediante controle externo, situação que se enquadra na fiscalização contábil, financeira e orçamentária da administração.

115. A extinção de um tribunal de contas dos municípios poderá ocorrer mediante emenda à constituição estadual, devendo-se observar a iniciativa reservada para iniciar o processo legislativo, cuja competência pertence ao próprio tribunal de contas.

Considerando as disposições da Lei Orgânica do TCE-RJ, julgue os itens a seguir.

116. Os relatórios trimestrais sobre as atividades do TCE serão enviados à Assembleia Legislativa e às Câmaras Municipais, titulares do controle externo, no prazo de sessenta dias a contar do término de cada período.

117. Os responsáveis pela aplicação dos recursos provenientes de compensações financeiras ou indenizações recebidas pelo Estado, resultantes do aproveitamento, por terceiros, da exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural da bacia sedimentar terrestre e da plataforma continental se submetem à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que esses recursos pertencem efetivamente aos entes locais.

118. Os processos de prestação de contas anuais deverão ser remetidos ao TCE-RJ no prazo de cento e oitenta dias, contados do encerramento do exercício.

119. Nos processos de tomada ou prestação de contas, a decisão provisória é aquela adotada quando o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis.

120. Quando julgar as contas regulares com ressalvas, o Tribunal não dará quitação ao responsável, mas emitirá determinações.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Acerca das noções de Contabilidade Pública, julgue as assertivas a seguir:

121. Os usuários de serviços e os membros do poder legislativo são usuários primários dos relatórios

contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público (RCPGs).

122. Devem aplicar as disposições presentes na Estrutura Conceitual, entre outras entidades, os governos estaduais, suas secretarias e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta, inclusive as empresas estatais independentes.

123. Os ativos podem surgir de transações sem contraprestação e de transações com contraprestação.

As demonstrações contábeis correspondem às demonstrações contábeis de propósito geral, destinadas a satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Acerca do assunto, conforme previsto na Lei n. 4.320/64, julgue as assertivas a seguir:

124. O superávit patrimonial é obtido pela diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas no âmbito do balanço patrimonial.

125. O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas no âmbito do balanço orçamentário.

126. O superávit financeiro apurado no balanço financeiro é obtido quando há ingressos maiores que dispêndios.

127. O saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o ativo real e o passivo real no âmbito do balanço patrimonial.

128. Os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

129. Um audaz técnico de controle externo em trabalho regular no âmbito do TCE-RJ solicitou algumas informações ao Município Baixada dos Audazes referentes ao exercício financeiro de 20X1. O objetivo do técnico era verificar o resultado orçamentário do exercício de 20X1. Entre outras informações, o município apresentou as seguintes, extraídas da sua contabilidade (valores em R\$):

Receita Orçamentária Prevista	75.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	60.000.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada	67.500.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada	62.500.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	4.500.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	10.000.000,00
Reconhecimento de depreciação	2.000.000,00
Restos a Pagar inscritos no exercício	12.000.000,00

Com base nessas informações, o resultado orçamentário correto que o técnico deverá calcular é deficitário em R\$ 7.500.000,00

130. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, estarão demonstrados os ativos financeiro e permanente, os passivos financeiro e permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Nesse sentido, caso o passivo real seja superior ao ativo real, há configuração de um saldo patrimonial denominado de passivo a descoberto.

131. A demonstração das variações patrimoniais evidencia as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e permite que a entidade do setor público calcule o resultado patrimonial.

132. Tanto o balanço orçamentário como o balanço financeiro evidenciam as receitas e despesas orçamentárias executadas no exercício.

133. Entre as demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estão o balanço patrimonial e o balanço financeiro.

134. O Balanço Orçamentário, apesar da existência do Princípio Orçamentário do Equilíbrio, pode demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa.

135. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

136. No balanço patrimonial, os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos, utilizando-se as classes 1 e 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Acerca do Campo de Aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue a assertiva a seguir:

137. As empresas estatais dependentes obrigatoriamente estão dentro do campo de aplicação das normas aplicáveis à Contabilidade Pública. Já as empresas estatais independentes podem aplicar facultativamente as normas aplicáveis ao setor público, desde que não sejam obrigadas por determinação dos órgãos fiscalizadores/reguladores.

138. Situação hipotética: Uma entidade do setor público possui dotação prevista em seu orçamento para manutenção de serviços anteriormente concebidos, nos quais se destinam a atender obras de conservação e adequação de bens imóveis.

Assertiva: Nos termos da Lei n. 4.320/64, essa entidade deverá classificar a respectiva dotação como despesa de custeio.

139. Em sentido amplo, chamam-se públicas todos os ingressos que decorrem da execução orçamentária.

140. No momento da concessão de um suprimento de fundos, temos a configuração de uma despesa sob o enfoque patrimonial e uma despesa sob o enfoque orçamentário.

141. As cauções em dinheiro para garantia de contratos são reconhecidas no passivo. Na qualidade de entrada compensatória, essas cauções representam obrigações presentes da entidade, um dos requisitos presentes na definição de passivo.

142. A classificação por fonte ou destinação de recursos identifica se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos não vinculados, deve indicar a sua finalidade.

143. A classificação institucional da despesa orçamentária é composta de um rol de órgãos e unidades orçamentárias, que servem como agregador dos gastos públicos por área de atuação governamental nos três níveis de Governo.

144. As despesas com suprimentos de fundos, apesar da sua natureza específica de não permitir se subordinar ao processo normal de aplicação, não podem ter o seu empenho emitido após a concessão do recurso ao suprido.

145. No balanço financeiro, os ingressos e dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispêndios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.

146. Entre os grupos de natureza de despesa, no âmbito da classificação econômica da despesa, está a "Reserva de Contingências", que engloba as despesas orçamentárias destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, exceto a abertura de créditos adicionais.

147. O Município Audaz dos Pampas apresentou as seguintes variações patrimoniais em um determinado exercício (em R\$):

Variações Patrimoniais	Valor (R\$)
Receita tributária	200.000,00
Pagamento por aquisição de bens imóveis	24.000,00
Despesas empenhadas, não liquidadas	10.000,00
Despesas empenhadas, liquidadas e pagas	20.000,00
Perdas com alienação de bens imóveis	30.000,00
Perdas com desvalorização de ativos	20.000,00
Aquisição de material de consumo à vista	40.000,00
Aquisição de material permanente	28.000,00
Depreciação de ativos	32.000,00
Ganhos na reavaliação de bens	48.000,00

Considerando-se essas informações, o resultado patrimonial do período foi superior a R\$ 140.000,00.

Acerca das disposições presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue as assertivas a seguir:

148. O Relatório Resumido de Execução Orçamentária deve ser elaborado e publicado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Entes Federados.

149. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF), instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter, entre outras, informações sobre a inscrição em restos a pagar.

150. Equipare-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCERJ-Técnico-30-01-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>